

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CIBEC/INEP



B0005969

A Política Educacional Brasileira

CONFERÊNCIA PROFERIDA PELO SECRETÁRIO-GERAL
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA,
PROF. EURO BRANDÃO, NA ESCOLA
DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

.014
17p

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

A Política Educacional Brasileira

CONFERÊNCIA PROFERIDA PELO SECRETÁRIO-GERAL
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA,
PROF. EURO BRANDÃO, NA ESCOLA
DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

RIO DE JANEIRO, EM 23/NOV./1977



R O T E I R O

- I - INTRODUÇÃO
- II - EDUCAÇÃO: POLÍTICA E REALIZAÇÕES
 - 1º GRAU
 - 2º GRAU
 - SUPERIOR
 - SUPLETIVO
- III - CULTURA: POLITICA E REALIZAÇÕES
- IV - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
 - POLÍTICA E REALIZAÇÕES
- V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Í N D I C E

I	-	INTRODUÇÃO	1
II	-	EDUCAÇÃO: POLÍTICA E REALIZAÇÕES	9
		1º GRAU	9
		2º GRAU	21
		SUPERIOR	27
		SUPLETIVO	41
III	-	CULTURA: POLITICA E REALIZAÇÕES	49
IV	-	EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	
		POLÍTICA E REALIZAÇÕES	57
V	-	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63

I - INTRODUÇÃO

EDUCAÇÃO é um processo contínuo de interação entre os conhecimentos progressivamente adquiridos pelo educando e os padrões de comportamento normalmente adotados dentro de um sistema de valores aceitos pela comunidade.

Por este conceito, a educação, de um lado, não é adstrita à escola, pois nela influi todo o ambiente social em que o educando se vê inserido, como a família, além da escola, também a Igreja, a imprensa, a televisão, o rádio, as associações profissionais e sociais às quais pertençam o educando e sua família são elementos que influem na formação da pessoa; e, de outro, transcendendo de muito o conceito de mera instrução, visa a levar o educando a:

- "aprender a aprender";
- "aprender a ser";
- plasmar sua personalidade, consciente de suas potencialidades, disposta a atuar como agente social útil.

Trata-se de um processo de crescimento gradativo, proporcionando o desenvolvimento mental, físico, e moral do educando e perseguindo importantes finalidades para a sociedade e para a construção do futuro.

Através disso, aquele, para o qual esse processo educativo está voltado:

- assimila um corpo de conhecimentos que lhe são transmitidos;
- demarca um quadro de ideais, que pessoalmente assume, integrado nos anseios da comunidade que o cerca; e
- aprimora sua habilidade e criatividade no trato desses conhecimentos a serviço desses ideais.

1. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A educação está intimamente ligada ao desenvolvimento social e econômico de uma Nação. Há como que um círculo de influência recíproca: a educação produz aceleração no processo de desenvolvimento sócio-econômico e este favorece o desenvolvimento daquela.

Dentro dessa idéia (educação e desenvolvimento), podemos destacar quatro aspectos em que se processa essa interação:

No Aspecto Social

A educação proporciona:

- a) integração crescente do educando na comunidade, aperfeiçoando, por conseguinte, a organização social;
- b) participação esclarecida na opinião pública, pois são justamente as pessoas, crescentemente educadas, atingindo níveis cada vez mais altos de educação, que têm condições de participar mais conscientemente do desenvolvimento, dada a complexidade dos problemas que envolvem a organização social; e
- c) finalmente, a prática de uma vida social sã que está intimamente relacionada com o maior ou menor grau de educação.

no Aspecto Institucional

A educação permite:

- a) a expressão mais perfeita dos próprios anseios humanos, muitas vezes sentidos, mas não compreendidos, pois esta compreensão só

4.

é possível quando existe um grau suficiente de educação;

- b) uma formulação mais perfeita dos objetivos pretendidos na organização social, cuja complexidade, como é natural, exige que a educação produza uma melhor formulação desses mesmos objetivos; e
- c) uma atuação democrática mais efetiva, uma vez que a capacidade de formação da organização institucional está intimamente ligada com a atuação democrática do cidadão.

No Aspecto de Segurança

A educação estimula a valorização do trabalho produtivo, pois que, com os crescentes níveis de escolarização, se obtém a atuação desenvolvimentista mais eficaz e, ainda, a preservação da identidade nacional, visto que é através da educação, através do conhecimento, através da vivência de problemas brasileiros, da contínua interação pessoa-comunidade, que se conhece, que se valoriza, que se identifica e que se consolida a identidade nacional.

No Aspecto Econômico

A educação fomenta, através da formação profissional e da elevação do nível intelectuais

- a) aumento da produtividade, estabelecendo assim, ligação econômica da educação com o desenvolvimento econômico;

- b) maior rendimento de equipamentos e materiais, desde que utilizados por pessoas de maior conhecimentos técnicos e, por consequente, tirando deles melhores resultados;
- c) maior distribuição da renda, já que através da educação, se multiplicam as possibilidades de emprego, aumentando a possibilidade de se conseguir maiores rendas para a família e, uma melhor distribuição da renda em todo o País; e
- d) modernização ou melhor pré-condição de modernização, pois não há, ainda, pessoal suficientemente educado e instruído para introduzi-la.

2. AS MEDIDAS EDUCACIONAIS E SUA REPERCUSSÃO

Existe uma grande defasagem no tempo, entre as medidas de natureza educacional e seus resultados. Assim, qualquer medida nova tomada em educação leva um certo número de anos até produzir seus resultados, sendo descabido tentar observar imediatamente resultados práticos e efetivos de medidas educacionais adotadas. Por esta razão percebe-se existir uma grande expectativa educacional nunca totalmente atendida, o que faz com que muitos considerem isso como uma crise educacional. Em todos os países, desenvolvidos ou não, existe uma ansiedade e uma grande expectativa com relação à educação e, quanto mais educação se promove e quanto mais medidas educacionais efetivas são tomadas, mais cresce essa expectativa.

Nos países desenvolvidos, apesar dos recursos aplicados, permanece uma certa insatisfação, desenvolvendo-se ,

6.

em alguns, o espírito de contestação e mesmo nestes países existe até um remanescente analfabetismo e há falta de força para o trabalho.

Já nos países não desenvolvidos, essa necessidade de promover formas elementares de educação: alfabetização, educação de 1º grau e até a qualificação de pessoal, faz com que essa insatisfação e essa expectativa sejam permanentes.

3. ATRIBUIÇÕES DO MEC, NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

A educação de 1º e 2º graus, isto é, a fundamental e a intermediária, no Brasil, é atribuição dos Estados e do Distrito Federal. Não cabe, portanto, ao Ministério da Educação e Cultura promover, diretamente, o ensino de 1º e do 2º graus, pois isto é competência dos Governos Estaduais, através dos sistemas estaduais de ensino. Ao Ministério compete a regulamentação e normalização deste tipo de ensino para o País e o incentivo, em ação supletiva, para aquilo que Eles não possam desenvolver.

O acompanhamento e a supervisão efetiva do ensino superior são atribuições do Governo Federal, realizadas através do Ministério da Educação e Cultura.

4. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Na Política Educacional estabelecida, na presente administração do Ministério, foram desenvolvidas quatro linhas de ação:

- a) Preventiva

Refere-se a necessidade de criar condições prévias para que a educação possa desenvolver-se com eficácia. Aí se incluem programas relacionados com a educação pré-escolar e a de excepcionais, bem como o programa de alimentação escolar e a criação de hábitos alimentares sadios e a educação sanitária. Essa ação inclui ainda a preparação do profissional, a descoberta de aptidões e de vocações, seguidas de orientação para o seu caminho definitivo.

b) Maximização

Visa ao aproveitamento ótimo dos recursos disponíveis, o que supõe o preparo cada vez melhor do docente e a utilização racional dos meios e materiais destinados à educação, bem como o aperfeiçoamento da tecnologia utilizada.

c) De Coerência

Vertical, que deve compatibilizar a ação dos diferentes níveis administrativos federal, estadual e municipal; e horizontal que deve promover a regeneração de grandes esforços das unidades afins na mesma área, no mesmo espaço, na mesma região e num mesmo distrito geo-educacional.

d) Corretiva

Com dois tipos de atitudes que se completam:

- a) por um lado, o desenvolvimento de programas que visem a superar deficiências qualitativas e quantitativas historicamente acumuladas na educação do País; e

8.

- b) por outro lado, o fornecimento de meios para que essa formação adquirida não se torne obsoleta, seja corrigida continuamente, de maneira a manter o profissional permanentemente atualizado nos hábitos e no desempenho do seu papel.

II. EDUCAÇÃO. POLÍTICA E REALIZAÇÕES

A atuação do Ministério da Educação e Cultura, na área do ensino em todos os graus e modalidades, se faz dentro de seis aspectos: APOIO AO ESTUDANTE, MELHORIA DO CURRÍCULO, APOIO AO PROFESSOR E SUA FORMAÇÃO, MATERIAL ESCOLAR, INSTALAÇÕES FÍSICAS e ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.

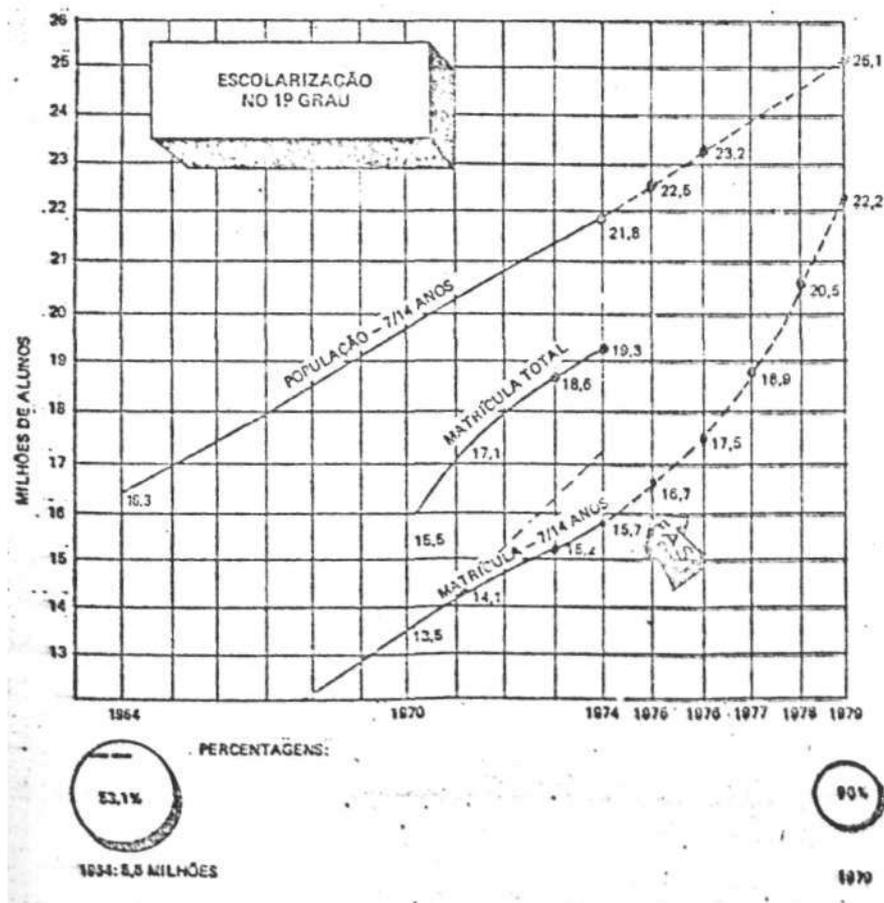
1. ENSINO DE 1º GRAU

1.1 - APOIO AO ESTUDANTE

Com ações visando aos itens seguintes:

1.1.1 - Aumento da Escolarização

O gráfico que se segue expressa, de um lado, a população da faixa etária de 7 a 14 anos e, de outro a evolução da matrícula no 1º grau, compreendendo os na faixa dos 7 aos 14 anos e os fora desta faixa:



10.

Assim, em 1964, havia 16,3 milhões de crianças e pré-adolescentes; em 1976, 23,2 milhões e, em 1979, serão 25,1 milhões.

As escolas de 1º grau, em 1964, matricularam 8,6 milhões de alunos, 53,1% dos quais na faixa etária dos 7 aos 14 anos; em 1976, esta percentagem caiu para 35, embora a matrícula no 1º grau tenha subido para mais de 20 milhões de alunos e, finalmente, para 1979, está prevista a escolarização de 90%, com 22,2 milhões de alunos.

Duas são as razões principais do aumento da matrícula geral e da redução do percentual de atendimento à faixa etária dos 7 aos 14 anos:

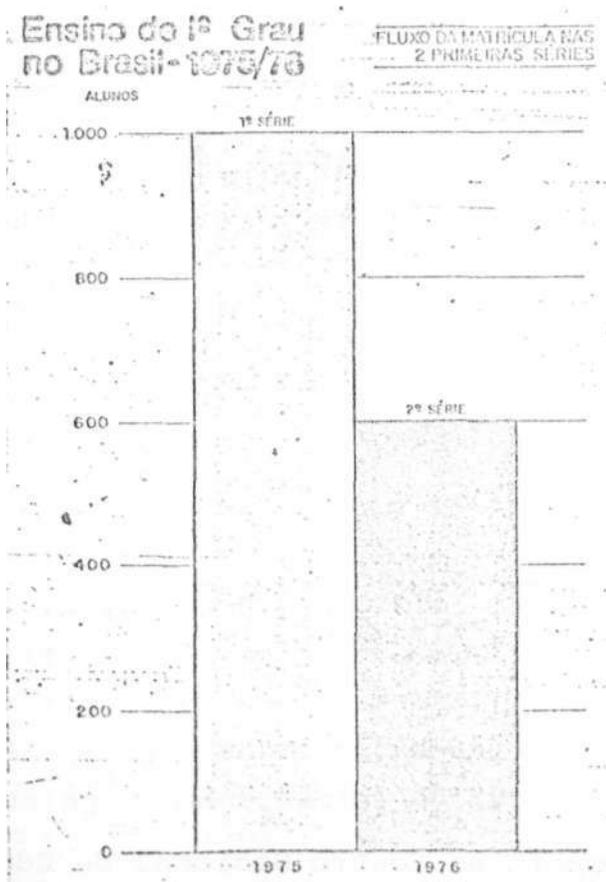
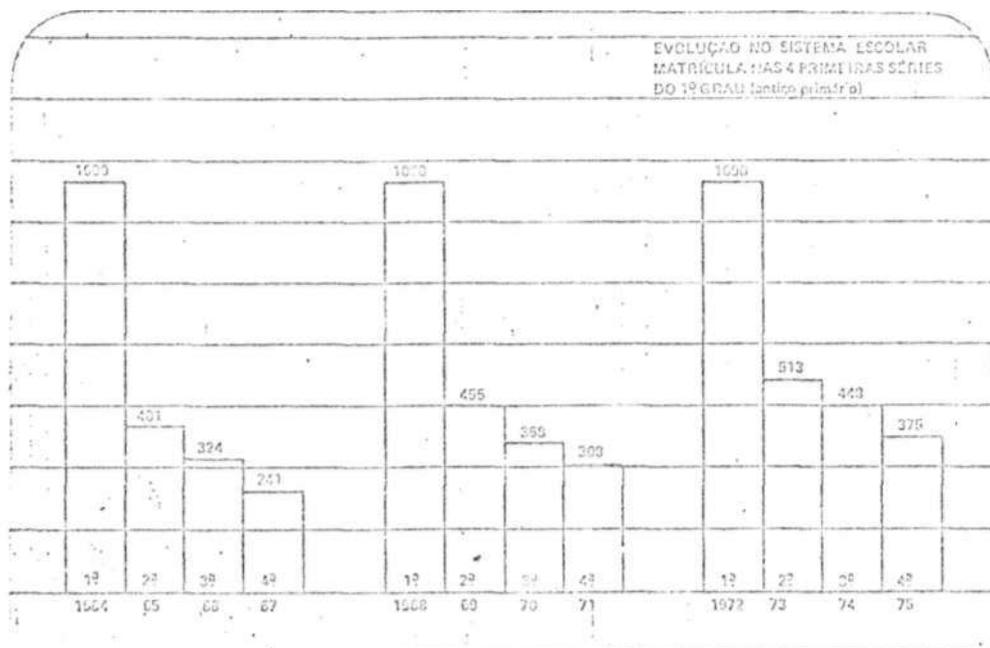
- início tardio dos estudos
- a repetência, sobretudo na primeira série.

O crescimento constante de matrícula, possível devido ao contínuo aumento da capacidade física para matrículas de 1º grau, demonstra que não haverá dificuldade em conseguir instalações escolares correspondentes a 90% de escolarização, em 1979, estando, porém, a principal dificuldade, justamente, nos remanescentes: a diferença entre a matrícula total e a matrícula para a faixa etária de 7 a 14 anos, ou seja, a massa de alunos que, atingidos pela repetência, permanecem ocupando bancos escolares, depois de ultrapassada a idade da educação nesse nível.

1.1.2 - Redução da Evasão e da Repetência

O problema da evasão e da repetência, principalmente na primeira série do 1º grau, é preocupação permanente dos setores responsáveis pela educação, embora tenha havido progressos neste sentido, conforme demonstram os gráficos seguintes, onde se pode observar que, entre 1964 e 1965, a per-

centagem entre alunos matriculados na 1ª série naquele ano e na 2ª série, neste, foi de 40,1; entre 1968 e 1969, foi de 45,5; entre 1972 e 1973 subiu a 51,3 e, finalmente entre 1975 e 1976 já chegou a 60%:



12.

1.1.3 - Implantação da Educação Pré-Escolar

Pela primeira vez, em nível nacional, o governo se preocupa com a educação pré-escolar e, em 1975, é criada, no Departamento de Ensino Fundamental, a Coordenação da Educação Pré-Escolar, que desenvolve programa, objetivando atendimento integrado, nas áreas de educação, saúde, nutrição e assistência social, com prioridade para lunos carentes. Esse programa atendeu a 60.000 crianças carentes de 4 a 6 anos, o que representa um aumento de 20% das matrículas de pré-escolares. É um começo, mas se pretende chegar a resultados crescentes e, neste sentido, são desenvolvidos treinamentos de técnicos de coordenação para as Unidades Federadas e estão em preparação, para distribuição, publicações novas sobre o assunto. Foi também realizado o 19 Encontro Nacional de Coordenadores de Educação Pré-Escolar, visando à elaboração do Programa Nacional de Educação Pré-Escolar.

1.1.4 - Alimentação Escolar

Nesta área ocorreu a evolução seguinte:

- a) de 101 refeições/ano, em 1974, para 140, em 1977; e
- b) de 535,7 milhões de cruzeiros, em 1974, os recursos passaram, em 1977, para 1.254,3 milhões;

A alimentação escolar, portanto, obteve um progresso expressivo, ultimamente.

1.1.5 - Educação Especial I

Compete ao Centro Nacional de Educação Especial -

CENESP - órgão do Ministério da Educação e Cultura, o incentivo e a atuação neste setor do ensino em todos os graus, mas, principalmente, no 19.

Pela primeira vez, na história da educação nacional, foi preparado e está em desenvolvimento o Plano Nacional de Educação Especial (19 75/19 79) que prevê:

- a) no mesmo período, em capacitação de recursos humanos para o ensino especial, a formação de 11.500 docentes e 3.500 técnicos, com recursos da ordem de 26 milhões de cruzeiros;
- b) cooperação técnica e financeira aos sistemas estaduais de ensino e instituições privadas, apoiando, em 1977, 270 entidades, entre elas, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAES - e Pestalozzi, com aplicação de 20 milhões em 1976 e 30 milhões em 1977.
- c) elaboração de propostas curriculares, visando a deficientes mentais educáveis, deficientes auditivos e superdotados, tendo concluído, até 1977, 27 estudos, neste sentido.

Em 1976, foram aplicados, no ensino especial, 79 milhões de cruzeiros e, em 1977, estão sendo aplicados 100 milhões.

1.1.6 - Saúde Escolar

A atuação nesta área é interministerial: Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Saúde e Ministério de Assistência e Previdência Social.

Existe um Grupo de Trabalho interministerial para examinar as medidas necessárias à avaliação das condições de saúde da população estudantil e, em 1976, realizou-se em Brasília, uma reunião de Secretários de Educação e Presidentes

14.

de Conselhos de Educação, com a participação dos Secretários de Saúde, especificamente para estudar medidas com relação á saúde escolar no País. Em virtude desse encontro já estão em utilização, primeiro em caráter experimental, em seguida com aplicação em todo o País, as primeiras fichas de controle, nas escolas, das condições auditivas e visuais de escolares.

Este trabalho inicial, que visa a detectar, o mais cedo possível, necessidades de uso de óculos pelas crianças e de tratamento auditivos ou outros, é realizado pelo professor e o atendimento médico será feito por intermédio da família ou da Previdência Social.

1.2 - MELHORIA DO CURRÍCULO

Nesta área, vêm sendo desenvolvidas as ações seguintes:

1.2.1 - Programa de Reformulação de Currículos

Este programa, por ser prioritário, integra o Plano Setorial de Educação para o período 1975/1979 e inclui:

- a) a criação de um Laboratório de Currículo para 1º grau, já instalado em Belo Horizonte;
- b) apoio financeiro às Secretarias de Educação para elaboração, implantação e avaliação de modelos de currículos;
- c) assistência técnica às Secretarias de Educação e divulgação de experimentações e estudos desenvolvidos no Laboratório de Currículo; e
- d) a realização de cursos, encontros e seminários, visando ao aperfeiçoamento; à implantação e à avaliação curriculares.

1.2.2 - Educação Sanitária

A Educação Sanitária é um programa aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Social e vem sendo desenvolvido pelo MEC em dois âmbitos distintos.

- a) no escolar, através de itens programáticos específicos; e
- b) na comunidade, de maneira extensiva, incluindo temas de higiene, doenças, alimentação e assistência materno-infantil. Esta atividade foi iniciada em maio de 1975, nos Estados do Piauí, Ceará, Paraíba e Alagoas, atendendo, até agora, 121.117 participantes em Ações Comunitárias, visando à melhoria de condições de higiene da casa e das fontes de abastecimento de água, à aquisição de filtros e depósitos de lixo, bem como à construção de fossas. 1

1.2.3 - Melhoria do Ensino de Português

Inicialmente foi constituída pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura uma Comissão Nacional de alto nível para estudar o assunto em todos os níveis: 1º, 2º e 3º graus. Esta Comissão apresentou 28 sugestões, algumas sobre o ensino de 1º grau, que estão sendo implantadas:

- a) cursos de reciclagem para professores, atendendo durante o ano de 1977, em período de férias, a 15.057 docentes;
- b) elaboração de instruções metodológicas para o ensino de Português, trabalho confiado, median-

te convênio, pelo DEF à Universidade Federal de Minas Gerais que deverá concluí-lo no começo de 1978.

- c) revisão de currículos específicos para formação de professores de 1º grau, tarefa que vem sendo realizada pelo Centro de Recursos Humanos da Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, devendo estar concluída no 1º semestre de 1978.

Em 1976 foi criada uma Coordenação para o acompanhamento das providências que vêm sendo tomadas, todas com base nas sugestões da Comissão Nacional.

1.2.4 - Ensino de Rudimentos de Ecologia

O MEC elaborou, para subsidiar o trabalho das Unidades Federadas, um modelo de ensino envolvendo conservação e recuperação dos recursos naturais, para o 1º grau.

O objetivo geral desse programa é a motivação, em cada aluno, de respeito ao meio ambiente.

O modelo elaborado oferece às Comissões de Currículo e aos professores dados sobre:

- conteúdos curriculares;
- seleção de materiais instrucionais; e
- orientação didática.

1.2.5 - Educação de Trânsito

A Educação de Trânsito é uma preocupação antiga existente no Ministério, mas só depois da criação, em 1975, de uma Comissão Mista de Educadores, Membros dos Conselhos e Departamento de Trânsito, de Conselhos de Educação e Técni-

cos das Secretarias de Educação, é estabelecido com orientação dessa Comissão, um modelo de Ensino de Trânsito de 1º Grau que foi implantado em 1976, a ser desenvolvido, inicialmente, pela área de Estudos Sociais, como atividade, e, depois, pela disciplina Educação Moral e Cívica.

1.3 - APOIO AO PROFESSOR E SUA FORMAÇÃO

Está em desenvolvimento um extenso Programa de Preparação do Professor de 1º Grau, com recursos crescentes: em 1975, foram aplicados 50,5 milhões de cruzeiros; em 1976, 70,7 milhões e, até 1979, serão aplicados 207,6 milhões. Por este programa de apoio ao professor, no período 74 a 79, estão sendo aperfeiçoados 217.350 docentes.

1.4 - MATERIAL ESCOLAR

O Programa Livros e Material Escolar destinado ao aluno carente tem por objetivo, principalmente, a impressão e distribuição de livros didáticos.

Este programa que, em 1974, imprimiu e distribuiu 7,5 milhões de exemplares, aplicando 49,8 milhões de cruzeiros, em 1977, aplicando 268,0 milhões, editou e está distribuindo, para uso em 1978, 20,0 milhões de exemplares.

Além disso, abrangendo outros livros e materiais escolares, está distribuindo, em 1977, 56,0 milhões de peças, cujo custo foi de 77,0 milhões de cruzeiros, tendo em 1974, distribuído 23,0 milhões de peças ao custo total de 23,6 milhões de cruzeiros.

Distribuir, em todo o País, 20 milhões de livros didáticos e 23,0 milhões de peças didáticas é uma tarefa gigantesca que o Ministério assumiu e dela se vem desincumbindo a contento.

O programa de grande importância social é uma

das realizações em destaque no Ministério, neste período.

1.5 - INSTALAÇÕES FÍSICAS

A grande elevação do índice de escolarização do 19 grau, a partir de 1974 (gráfico da página 09), para atingir 90% de escolarização efetiva em 1979, exigiu o desenvolvimento de uma atuação muito intensa, visando a propiciar novos ambientes e novas escolas.

Assim, vêm sendo incrementados os programas de construção de novas escolas, seja através da Operação Escola, seja através de auxílio direto a Prefeituras e ainda com financiamento do Fundo de apoio Social, que veio dar novo impulso nesta área.

A Operação Escola tem apresentado o crescimento seguinte:

- em 1974 foram aplicados 287 milhões de cruzeiros;
- em 1977 estão sendo aplicados 632 milhões; e
- no período 1974 a 1977, o investimento atingirá 1.817 milhões de cruzeiros que beneficiarão 2,4 milhões de alunos, com a criação de 1 milhão de novas vagas.

A Operação Escola inclui, além da construção, também a utilização de espaços adequados, a formação de professores, a melhoria da administração escolar e o desenvolvimento do planejamento eficaz da educação, nos sistemas escolares.

O Fundo de Apoio Social, decorrência da criação do Conselho de Desenvolvimento Social, tem dado novo impulso nesta área e, através dele, foram concedidas ajudas financeiras aos sistemas estaduais no montante de 5 bilhões de cruzeiros para que pudessem aumentar a capacidade de atendimento. Esta ajuda efetiva, que ainda não terminou, pois está em franco desenvolvimento, vai possibilitar, como já vem ocor-

rendo, a multiplicação do número de vagas em todo País.

A criação do Fundo de Apoio Social é, na realidade, medida da maior importância para a história da educação deste País.

1.6 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Aqui cabem dois destaques:

1.6.1 - O Programa Promunicípio cujo objetivo é a orientação às Prefeituras para equacionar o problema educacional, planejar medidas específicas para a educação e integrar a atuação municipal com o sistema estadual de ensino, começou suas atividades em 1975, abrangendo apenas 225 Municípios e, em 1977, já atende a 739, investindo 95 milhões de cruzeiros.

O progresso desse programa da maior importância para o ensino de 1º grau poderá trazer, no âmbito municipal, reais benefícios à educação

1.6.2 - Reuniões e encontros de Secretários de Educação nos quais há oportunidade de diálogo entre o sistema de ensino, a troca de experiência, o intercâmbio de idéias e a divulgação de programas realizados em benefício da educação, vêm sendo realizados anualmente.

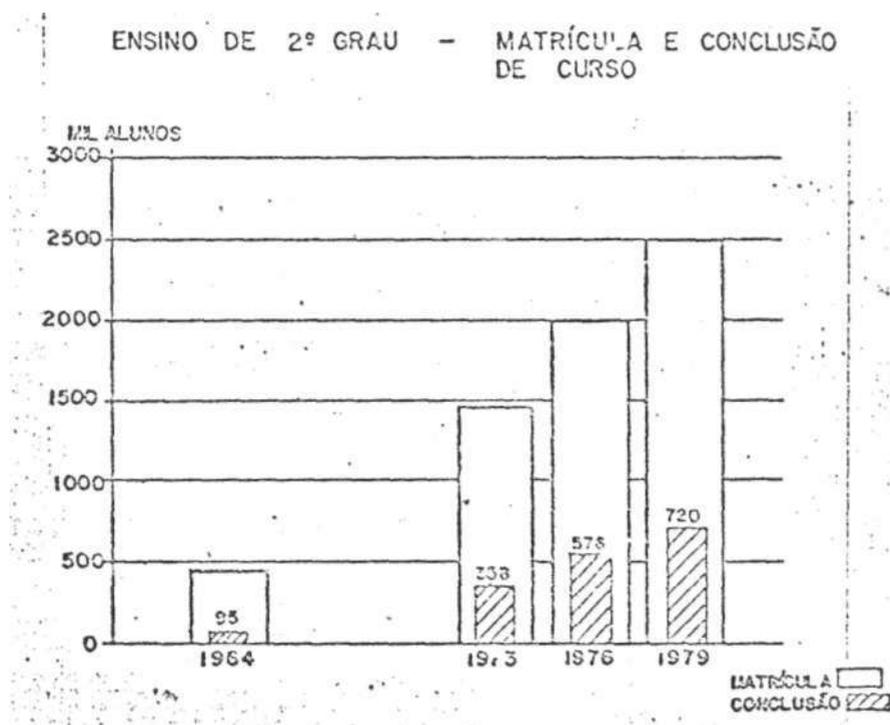
2 - ENSINO DE 2º GRAU

2.1 - APOIO AO ESTUDANTE

Também o estudante de 2º grau vem recebendo grande apoio do Ministério da Educação e Cultura, através dos itens seguintes:

2.1.1 - Aumento de Vagas

Em 1964, como se pode verificar no gráfico a seguir, havia 500 mil alunos matriculados neste grau de ensino; em 1976 houve 2 milhões e há previsão de atendimento, em 1977, a 2,5 milhões de alunos.

2.1.2 - Bolsas de Estudo

O Programa de Bolsas de Estudo para o 2º grau, em 1974, concedeu 27 mil bolsas e, em 1978, atenderá a 70 mil alunos. Em 1977, foram concedidas 50 mil bolsas de 2º grau, com a aplicação de 32 milhões de cruzeiros.

2.1.3 - Estágios ~~era~~ Empresas

O Projeto de Integração Escola-Empresa-Governo, que vem sendo executado pelo Centro de Integração Empresa-Escola de São Paulo, visa a implantar e consolidar os mecanismos de integração Escola-Empresa-Governo, nas Escolas Técnicas Federais, nos Colégios Agrícolas e nas Secretarias de Educação, com vistas à melhoria do ensino de 2º grau.

Este Projeto também tem fornecido elementos para um melhor ajustamento dos objetivos da escola às necessidades do País.

De 1974 a 1976, foram implantados 41 Serviços de Integração Escola-Empresa, em Escolas Técnicas Federais (22), em Colégios Agrícolas (9) e em Secretarias de Educação (17); para 1977, há previsão de 14 implantações, sendo 7 ~~era~~ Colégios Agrícolas e 7 em Secretarias de Educação.

2.2 - MELHORIA DO CURRÍCULO

É oportuno lembrar que, hoje, pela Lei 5.692/71, o ensino de 2º grau tem a função de terminalidade, ou seja, a de preparação para o trabalho e de continuidade, isto é, preparação para prosseguir os estudos.

Baixando normas para aplicação da Lei 5.692/71, o Conselho Federal de Educação aprovou, inicialmente, o Parecer 45, pelo qual foi regulamentado o ensino de 130 profissões diferentes e, mais recentemente, o Parecer 76 que estabelece 11 famílias ocupacionais. Assim, as escolas podem instalar cursos específicos profissionalizantes, quando isso for cabível e possível, mas poderão também ministrar a educação para o trabalho, baseadas nas habilitações básicas, possibilitando deste modo, no ponto de vista financeiro, ensino bem mais adequado, além de dar, para o desenvolvimento

do País, condições mais flexíveis para preencher solicitações do mercado de trabalho.

Através de estudo das habilitações básicas (Parecer 76), foram criados modelos específicos de equipamentos bem mais simples, de custo mais baixo do que os usados exclusivamente para a profissionalização. Isso vai possibilitar, em todo o País, instalação efetiva do ensino de 2º grau.

Por outro lado, o MEC vem ampliando o leque de profissionalização com a regulamentação e instalação de novos cursos como: técnicos em recreação coreográfica infanto-juvenil; em laboratório de prótese odontológica; em histologia; em açúcar e álcool; em desportos; em odontologia clínica, em cartografia etc.

2.2.1 - Melhoria do Ensino de Português

Elaboração de instruções metodológicas para o ensino de Português, à semelhança do 1º grau e com ele integrado, trabalho também confiado, mediante convênio, pelo DEM, à Universidade Federal de Minas Gerais que deverá concluí-lo no começo de 1978.

Além das instruções metodológicas estão sendo ministrados cursos de Português para professores de 2º grau.

2.3 - FORMAÇÃO E APERFEICOAMENTO DE PROFESSORES

O esforço nesta área tem sido intenso e este trabalho geralmente vem sendo desenvolvido por Universidades e

pelo CENAFOR.

Merecera destaque:

- a) a capacitação de professores, com o objetivo de promover a atualização e a habilitação do pessoal docente das escolas de 2º grau para o ensino de Ciências, visando à melhoria da educação científica básica;
- b) cursos específicos para capacitação de professor de 2º grau, através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN);
- c) Cursos de preparação de professores, promovidos através da integração com Universidades, como curso de Técnica de Micro-Ensino, pela Universidade de São Carlos; Metodologia do Ensino de Português, pela Universidade Federal de Minas Gerais; Jogos Instrucionais, pela Universidade de São Paulo; Ensino do Sistema de Intercomplementaridade, pela UTRAMIG e, finalmente, em fase de formação, o Centro de Currículo, na Universidade de Brasília; e
- d) Cursos de reciclagem de professores, com vistas a melhoria do ensino da Língua Portuguesa.

Foi, também, criado um Centro Específico de Formação Intensiva de Professores de 2º Grau, através de esquemas de utilização de Universidades, para a preparação para o trabalho.

2.4 - LIVRO E MATERIAL ESCOLAR

No Programa Livros e Material Escolar para o 2º

Grau merece destaque o Contrato firmado entre o MEC e a Fundação Getúlio Vargas, visando a preparar material para aula de Educação Moral e Cívica para este nível de ensino, integrado com a disciplina Organização Social e Política do Brasil. O Contrato está em desenvolvimento e estão sendo preparados manuais para diretores de estabelecimentos de ensino e preparação de roteiros para materiais audiovisuais para aulas e atividades.

O Projeto de Ciências tem preparado material para o ensino desta disciplina com textos para o professor e o aluno, prevendo atividades de laboratório, incluindo material a ser utilizado e abrangendo o ensino de Ciências, Física, Química, Biologia, Matemática e Saúde, além de Estatística e Introdução a Computadores. Para o período 1977/1979 estão previstos 170 laboratórios de Ciências e 57 bibliotecas para ensino profissional.

Recursos: em 1974 foram aplicados 648 milhões de cruzeiros e para o presente exercício os recursos são da ordem de 3,6 milhões.

2.5 - INSTALAÇÃO FÍSICA

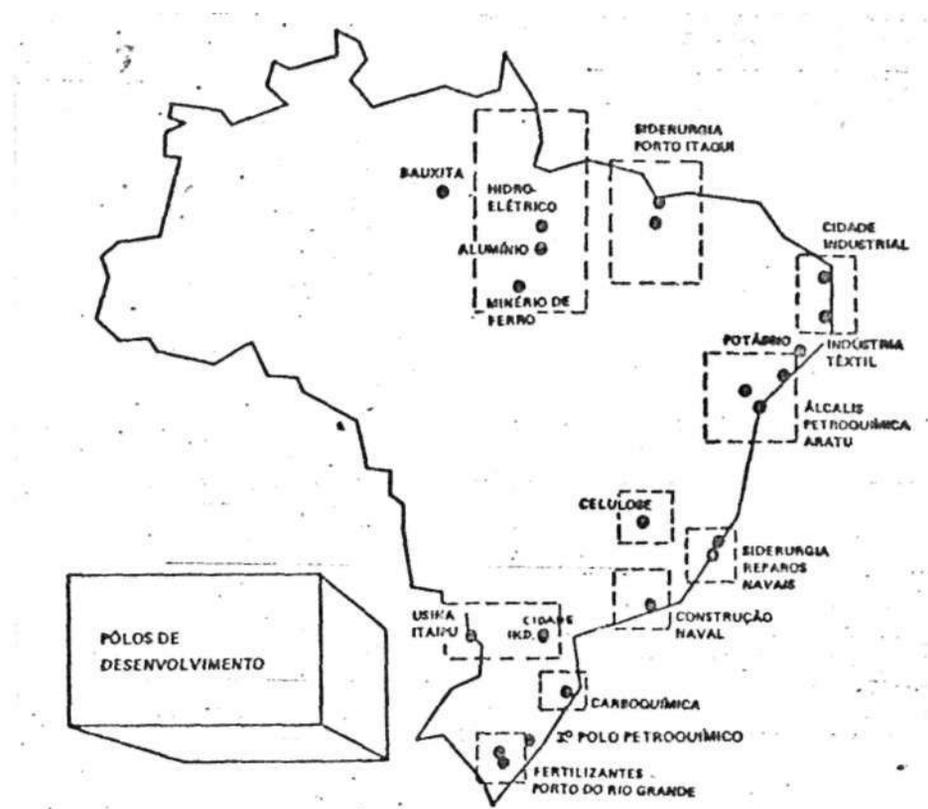
Com recursos obtidos, através de empréstimos internacionais, vêm sendo construídos Colégios Polivalentes, Colégios Integrados, Centros Interescolares e têm sido realizadas melhorias em Escolas de Economia Doméstica e Colégios Agrícolas. O Programa prevê, para o período 1970 a 1979, aplicação de 895 milhões de cruzeiros de empréstimos externos do BIRD e de auxílio da USAID.

6 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A administração da educação para o desenvolvimento inclui, prioritariamente, o levantamento das necessida-

des educacionais dos pólos de desenvolvimento do País, a fim de que possa haver a preparação de técnicos para os diversos ramos profissionais.

No mapa, que vem a seguir, estão identificados os pólos de desenvolvimento e os levantamentos realizados:



Como consequência do levantamento realizado, surgiu a criação de novas vagas nas escolas técnicas, de novas escolas e de cursos específicos, como na Escola Técnica de Campos para atender a área da siderurgia e, na região de Camaçari, onde é montado o Centro de Educação Tecnológica da Bahia.

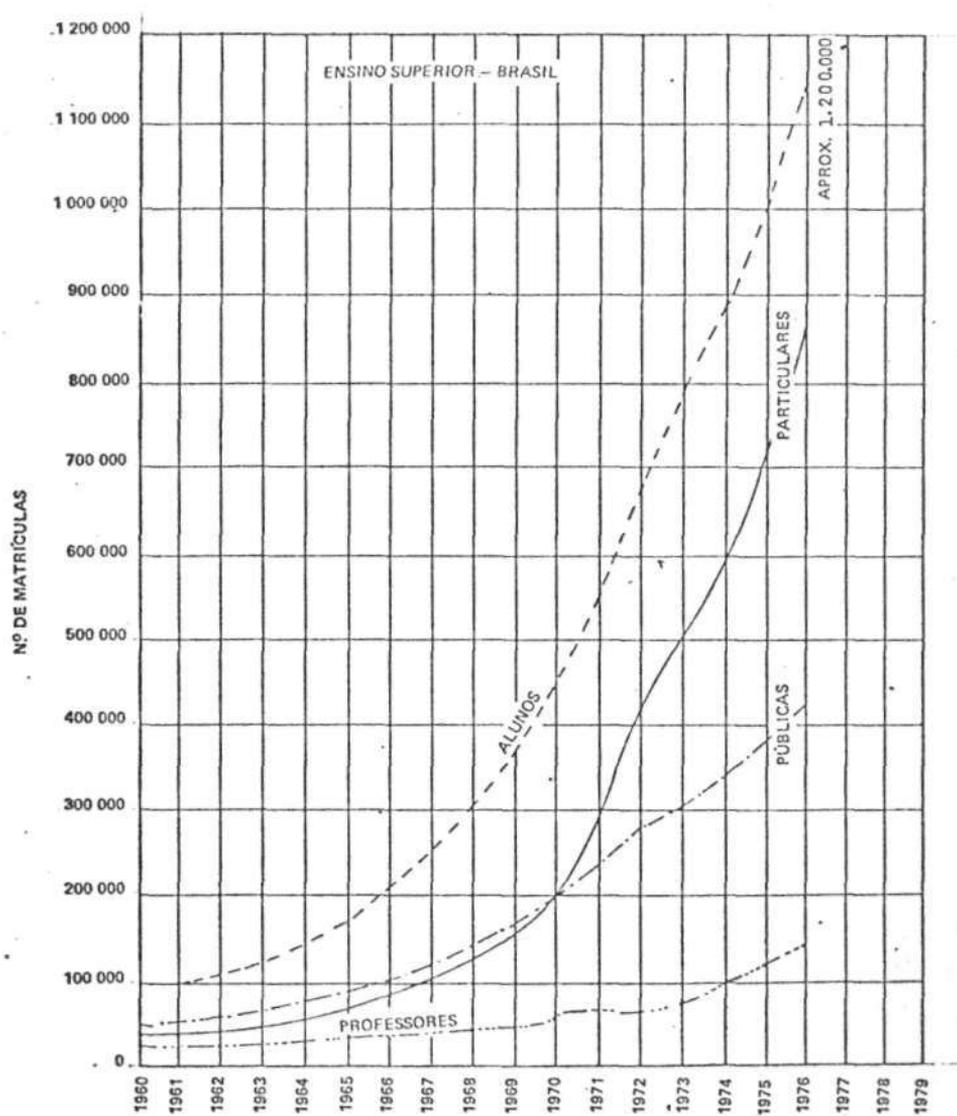
Também foram tomadas medidas administrativas em relação a flexibilidade e a eficácia das Escolas Técnicas Federais, e Convênio com a Fundação Getúlio Vargas foi assinado, visando a assistência técnica às Unidades Federadas para a implantação das habilitações básicas.

3 - ENSINO SUPERIOR

3.1 - APOIO AO ESTUDANTE

3.1.1. - Expansão da Oferta de Vagas

O número de alunos matriculados em curso superior, em 1960, era da ordem de 100 mil; em 1969, chegou a 400 mil, e, em 1977, há 1,2 milhão conforme pode ser verificado no gráfico, a seguir:



3.1.2 - Vestibular

- a) foram introduzidas diversas alterações no concurso vestibular, como sejam a inclusão de questões de redação na prova de Língua Portuguesa, a introdução de prova de habilitações específicas para o concurso de arte e de educação, bem como a possibilidade de utilização de mais de uma etapa.

Com essas providências, foi muito aperfeiçoado o mecanismo de ingresso no ensino superior.

- b) em 1976, foram oferecidas 388 mil vagas em curso superior e 576 mil alunos concluíram o 2º grau proporcionando a relação 1,48. Considerando-se que o ensino de 2º grau não é, necessariamente, passagem para o superior, porque também oferece ensino terminal, pode-se observar que esse número é bastante razoável.

3.1.3 - Crédito Educativo

Esta iniciativa pode ser considerada como um dos grandes programas, neste período da administração, pois é um passo importante para a democratização do ensino superior no País. O número crescente de estudantes oriundos das camadas mais pobres da população pôde, sobretudo nos últimos dez anos, encontrar uma oportunidade de realizar estudos superiores, de início, predominantemente nos estabelecimentos oficiais. Pesquisas realizadas demonstraram que é de 30 a 40% a proporção dos que podiam ser economicamente carentes de nível social humilde. Com a criação do Programa de Crédito Educativo, as oportunidades de ensino superior também nos estabelecimentos particulares ficaram restabelecidas, criando-se, assim, realmente, o panorama de democratização e da facilidade, de acesso,

ao ensino superior em qualquer tipo de estudo oferecido no País. Este Programa pode ser considerado, portanto, da maior importância social, por conseguir, na história educacional do Brasil, um marco notável para a democratização do ensino.

O Programa, que resultou de estudos conjuntos dos Ministérios da Educação e da Fazenda, do Banco Central e do Brasil e da Caixa Econômica Federal, concede duas modalidades de empréstimos: para manutenção e para pagamento de anuidade. O pagamento destes empréstimos será feito com carência de um ano depois de o aluno estar formado e com juros subsidiados, parcialmente, pelo próprio Governo Federal, sem correção monetária.

Implantado em 1976, o Programa contou com a participação de 150 mil estudantes e, hoje, já conta com 300 mil.

3.1.4 -• Reconhecimento e Autorização de Cursos

Visando ao aperfeiçoamento do ensino superior, o Ministério tomou a atitude de reduzir a autorização de novos cursos, limitando-a aos casos vinculados diretamente ao desenvolvimento brasileiro, pelo que tem havido decréscimo, nos últimos anos, nessas autorizações. Em 1974, foram autorizados 141 novos cursos; em 1975, 86 e, em 1976 apenas 53.

Por outro lado, a atitude do Ministério com relação ao reconhecimento de cursos, tem sido justamente ao contrário, ou seja, de evitar que continuassem a se formar, no Brasil, jovens universitários e estudantes de curso de ensino superior que não pudessem, depois, exercer a sua profissão, por falta de reconhecimento de seus cursos. Dando apoio às instituições, criando bibliotecas, adquirindo equipamentos e proporcionando condições para que as escolas pudessem reconhecer os seus cursos, facilitando o processo burocrático e formalístico, tem sido crescente o reconhecimento de cursos de ensino superior, apresentando a estatística seguinte:

- Em 1974, 189 reconhecimentos
- Em 1975, 317 reconhecimentos
- Em 1976, 435 reconhecimentos

que trouxeram, assim, tranquilidade às famílias a que pertencem esses jovens que podem agora exercer livremente a sua profissão.

3.1.5 - Transferências

Por decreto que o MEC obteve do Senhor Presidente da República que regulamenta as transferências de um para outro estabelecimento de ensino superior, elas ficaram extremamente facilitadas, pois são concedidas em qualquer época do ano, independentemente de vaga ou de qualquer outra exigência, desde que se trate de servidor público ou seu dependente.

3.2 - MELHORIA DO CURRÍCULO

Com relação a melhoria do currículo, muitas providências foram tomadas:

3.2.1 - Criação de Comissões de Revisão de Currículos e Aperfeiçoamento de Cursos nas áreas de tecnologia, envolvendo Saúde, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Agrárias e Cursos de Curta Duração.

No referente à Saúde, especificamente, foi aperfeiçoado o ensino no setor de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia e Nutrição.

Visando a atender ao desenvolvimento nacional, foram criados cursos de curta duração em diversas áreas: TECNOLÓGICA (Construção Civil: Edifícios, Movimento de Terra e Pa-

vimentação, Obras Hidráulicas e Obras de Solo; Saneamento Básico; Mecânica; Oficinas, Desenhista Projetista; Telecomunicação; Engenharia Textil; Processos Petroquímicos; Processamentos de Dados etc); SAÚDE (Saneamento Ambiental, Perifatologia, Ortópica, Fosso-audiologia, Farmácia Comercial, Fisioterapia e Terapia Ocupacional); CIÊNCIAS AGRARIAS (Bovino Cultura, Administração Rural, Cooperativismo, Laticínios, Mecanização Agrícola, Topografia, Cana-de-Açúcar, Ovino-Caprino-cultural e Agrimensura).

3.2.2 - Cursos de Enfermagem e Nutrição

Em 1974 existiam 38 cursos de Enfermagem em todo o Brasil, em Universidades não Federais; de 1974 a 77, foram autorizados mais 18 nos Estados do Acre, Pará, Ceará, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Brasília -, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul (2), Santa Catarina e São Paulo (2).

Quanto à Nutrição, existiam até 1974 apenas 10 cursos e, em 1975 e 1976, foram criados 6, nos Estados da Paraíba, Paraná, Brasília, Goiás, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo (2); havendo previsão de mais 3 para 1977, em Santa Catarina, Mato Grosso e Ceará.

3.2.3 - Melhoria do Ensino de Português

Como no 1º e 2º graus, a melhoria do ensino de Português também vem sendo desenvolvida no ensino superior e a atuação deste programa vai desde a introdução de questões de redação na prova de Português no Vestibular até a recomendação às Universidades e Faculdades para que realizem cursos de aperfeiçoamento nesta disciplina para os professores de todas as outras, bem como cursos de especialização em Português para os professores desta matéria. Também está previs-

ta a recuperação de estudantes deficientes em Português em qualquer curso e foram introduzidas melhorias no currículo do ensino de Português.

3.3 - APOIO AO PROFESSOR E SUA FORMAÇÃO

3.3.1 - Pós-Graduação

A implantação do Conselho Nacional de Pós-Graduação e o estabelecimento do Plano Nacional de Pós-Graduação são dois marcos expressivos para o desenvolvimento educacional no Brasil. O Plano prevê, no período compreendido entre 1975 e 1979, a formação de 16 mil mestres e 1.400 doutores. O seu desenvolvimento, durante os anos de 1975 e 1976, já comprovam que as metas são atingíveis e que a sua realização vem se comportando dentro do previsto.

Este Plano está muito relacionado com o aperfeiçoamento dos cursos universitários, uma vez que está intimamente ligado ao aperfeiçoamento de professores e à melhoria da qualidade do ensino universitário e ao desenvolvimento da pesquisa científica no País.

3.3.2 - Novos Regimes de Trabalho

Novo regime de trabalho, um excepcional esforço do Governo Federal, está sendo posto em prática nas Universidades Federais. É extremamente eficaz e moderna a solução adotada, com a instituição de incentivos funcionais que estimulam a obtenção de títulos de mestrado e doutorado nos cursos de especialização além de impulsionar a produção científica e técnica de cada professor. Os níveis salariais variam, conforme o progresso atingido neste sentido.

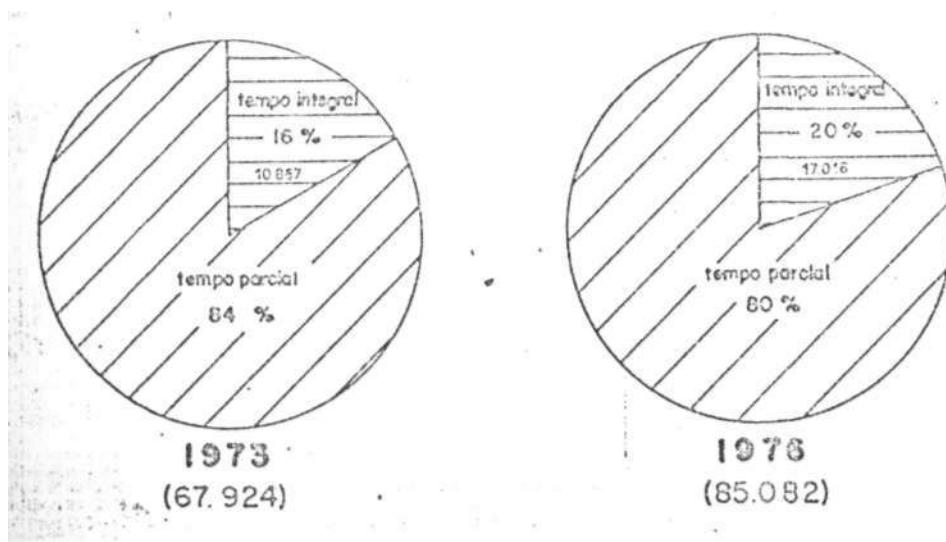
a frequência a cursos de especialização e

Em 1973, dos 67.924 professores em exercício, conforme se pode observar no gráfico a seguir, 16%, isto é, 10.867 estavam em regime de tempo integral; em 1976, embora aquele número tenha crescido para 85.082, o percentual dos professores em tempo integral já chegou a 20%, atendendo a 17.016 docentes.

ENSINO SUPERIOR

CORPO DOCENTE -

REGIME DE TRABALHO



3.3.3 - Residência Médica

Outro passo muito importante no País, para formação do professor de Medicina, bem como do futuro médico, é a instituição da Residência Médica. Atendendo a peculiaridades de formação médica, o MEC desencadeou aprofundados estudos conjuntos com outros Ministérios para estabelecimento desta providência, como ponto culminante do treinamento profissional. A regulamentação proposta pelo MEC permite a preparação de profissionais de alto nível, a integração dos Serviços de

Saúde com as Escolas Médicas e a existência de pré-requisitos para cursos de mestrado e doutorado.

3.3.4 - Plano de Capacitação de Docentes

Através de um Plano de Capacitação de Docentes, procurou também o Ministério melhorar o desempenho didático dos professores universitários das mais variadas disciplinas. Criaram-se assim cursos específicos: 30 cursos, em 1975, em 16 instituições e 31 cursos, em 76, em 17 instituições e ainda este ano estão sendo instalados novos cursos para a melhoria do desempenho didático de professores universitários de diversas disciplinas.

3.4 - LIVRO E MATERIAL ESCOLAR

3.4.1 - Material para Estudo de Problemas Brasileiros

O MEC encomendou, para Estudo de Problemas Brasileiros, uma série de filmes e conjuntos de diapositivos sonorizados, com relação a diversos aspectos da realidade Brasileira. Estes filmes e diapositivos serão reproduzidos e distribuídos a Universidades, colocados à disposição de outras entidades de ensino superior para ilustrar e aperfeiçoar o ensino de Problemas Brasileiros

3.4.2 - Programa do Livro Didático

O Programa do Livro Didático para o Ensino Superior (PLIDES) está em pleno desenvolvimento, co-editando li-

vros para 4 áreas prioritárias: Saúde, Engenharia/Tecnologia, Administração/Economia e Educação, estando prevista. para 1977, a tiragem de 122.440 exemplares.

3.4.3 - Laboratórios

O MEC também está empenhado no sentido de prover diversos estabelecimentos de ensino superior de laboratórios de Engenharia Mecânica e Elétrica, Física Básica, Metalurgia, Elementos de Máquinas.

3,5 - INSTALAÇÕES FÍSICAS

3.5.1 - Programa de Novos "Campi" Universitários

Mais um grande programa desta administração do Ministério da Educação e Cultura.

Basta lembrar que o Programa de Novos "Campi" Universitários, no período entre 1974 a 1979, pretende duplicar a área construída durante 50 anos. Ê, por conseguinte, um esforço gigantesco que se faz para obter a verdadeira integração universitária e colher, de forma mais perfeita, os frutos da reforma universitária que prevê a otimização das instalações, a utilização intensiva dos laboratórios, a proximidade dos departamentos afins etc. Com este objetivo, no mesmo período, serão aplicados 5,2 bilhões de cruzeiros, obtidos através de empréstimos externos e de rubricas específicas da Secretaria de Planejamento, ou, ainda, de empréstimos internos do Fundo de Apoio Social.

Esse programa abrange 23 grandes "campi" universitários e, através de reforço orçamentário, outras universidades menores estão sendo atendidas.

3.5.2 - Centro de Tecnologia da Bahia

Foi criado, na Bahia, para a formação de tecnólogos para a região de Aratu, o Centro de Tecnologia da Bahia que prevê cursos de Telecomunicações, de Processos Petroquímicos e de Manutenção Petroquímica, constituindo-se em mais uma nova entidade universitária federal.

3.5.3 - Hospitais Universitários

Hospitais de 31 Universidades, a maioria delas federais, mas também incluindo algumas estaduais e particulares, vêm merecendo atenção especial do MEC, que em três etapas, no período 1976/1978, investirá 683 milhões de cruzeiros, provenientes do Fundo de Apoio Social. .

3.5.4 - Instituições de Ensino Superior

Atualmente, há 904 instituições de ensino superior, assim distribuídas: 61 Universidades, sendo 40 oficiais e 21 particulares; e 843 instituições isoladas, sendo 174 públicas e 669 particulares.

3.6 -ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

3.6.1 - Pesquisa Universitária

Há uma participação crescente das universidades, favorecidas com o novo regime de trabalho dos professores, nas pesquisas necessárias ao desenvolvimento do País, com recur-

dos da própria Universidade, do MEC, do CNPq e da FINEP.

Dez Universidades Federais desenvolvem, neste momento, trabalho relevante em 53 Programas de Pesquisa.

Há a ressaltar também as atividades de pesquisa oceanográfica nas Universidades de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Mar, em Cabo Frio.

O Programa Nuclear, com a participação, além do Ministério da Educação, da Secretaria de Planejamento e do Ministério de Minas e Energia, que prevê a necessidade de 4.300 técnicos, já está em franco desenvolvimento, formando doutores e especialistas neste setor.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico identificou algumas centenas de pesquisas consideradas da mais alta relevância para o desenvolvimento social e que estão sendo levadas a cabo pelas Universidades Brasileiras.

3.6.2 - Banco de Teses

Desenvolvendo o Banco de Teses, o Ministério da Educação e Cultura está aproveitando toda produção intelectual dos cursos de pós-graduação. Já saiu o primeiro Catálogo do Banco de Teses, com 3.016 trabalhos em 42 áreas diferentes o que possibilita um aperfeiçoamento progressivo das teses feitas pelo conhecimento das já realizadas anteriormente.

Este programa vem sendo desenvolvido pelo Centro de Informações do MEC (CIMEC), órgão criado especificamente para os problemas de informação relacionada com a educação do País.

No fim do corrente ano sairá o segundo Catálogo, com mais 3.000 teses.

3.6.3 - Ciências Agrárias

No setor de Ciências Agrárias dois importantes

programas estão em curso:

a - o conhecido pela sigla PEAS, Programa de Educação Agrícola Superior; e

b - o PRODECA - Programa de Desenvolvimento de Ciências Agrárias.

No primeiro Programa estão sendo aplicados 190 milhões de cruzeiros e no segundo 150 milhões, para atividades de graduação e de pós-graduação e criação de Centros de Tecnologia para Ciências Agrárias, em diversas Universidades, tanto federais como particulares.

3.6.4 - Apoio às Universidades Particulares

O MEC também dá apoio às Universidades Particulares, atendendo às suas necessidades de ampliação, de edificações e de instalação de novos laboratórios. Desenvolvendo um programa anual de apoio a essas Universidades, em 1976, aplicou 107 milhões de cruzeiros.

3.6.5 - Núcleos de Assistência Técnica

Visando aperfeiçoamento da administração universitária, constante preocupação do MEC, foram criados, inicialmente, Núcleos de Assistência Técnica, substituídos agora por Equipes - Projetos, cujo programa abrange orientação, estabelecimentos de modelos de administração universitária, desenvolvimento de assistência técnica nos setores de planejamento, administração de "campi", administração acadêmica e orçamentária, processamento de dados, administração qe-

ral e hospitalar, bem como sistemas de bibliotecas universitárias e planejamento geral de Universidades.

A previsão para aplicação neste programa, entre 1975 e 1979, é de 33 milhões cruzeiros.

3.6.6 - Distritos Geo-Educacionais

Levando em conta uma certa homogeneidade de nível educacional perfeitamente definidos por contornos geográficos, o Brasil foi dividido em regiões características, formando os chamados Distritos Geo-Educacionais, com o objetivo de criar condições para o atendimento educacional superior integrado em cada região. Este trabalho aperfeiçoou enormemente as medidas para a melhoria da qualidade do ensino e o atendimento às necessidades específicas do ensino superior, por região.

3.6.7 - Coordenação de Extensão Universitária

Foi criada, no Departamento de Assuntos Universitários, uma Coordenação de Extensão Universitária, abrangendo atividades como Extensão nos "Campi" avançados, Centros Rurais de Treinamento Comunitário (CRUTAC), Intercâmbio com MUDES, Programa de Estágios, Programa de Integração com Órgãos de Desenvolvimento e Integração com Projeto Rondon.

A atuação destes órgãos fica mais bem integrada, deste modo, com as tarefas de cada uma das Universidades e os estudantes que participam destes programas contam pontos no desempenho universitário.

3.6.8 - Convênio com o INPS

O MEC celebrou um Convênio genérico com o INPS,

a fim de obter recursos para o financiamento dos Hospitais Universitários, fazendo, através deles, atendimento hospitalar para a clientela daquele Instituto.

3.6.9 - Autarquias de Regime Especial

O Ministério da Educação e Cultura, em conjunto com a Secretaria de Planejamento e o Departamento Federal de Serviço Público, vem desenvolvendo estudos para a implantação das Universidades sob regime de autarquias especiais, visando a fortalecer a sua autonomia financeira e administrativa, além da didática com a qual já contavam anteriormente.

Com isso as Universidades poderão obter flexibilidade e dinamização principalmente nos seus setores de pesquisa e de abertura de novas áreas de atuação.

4 - ENSINO SUPLETIVO

4.1 - APOIO AO ESTUDANTE

Este apoio vem sendo proporcionado pelo Departamento de Ensino Supletivo, através de:

4.1.1 - Capacitação Profissional

O principal programa em execução nesta área é o de Exame de Profissionalização a nível de 2º Grau, o chamado Projeto Acesso, implantado em todas as Unidades da Federação, que vem habilitando profissionais já integrados na força de trabalho. De 1974 a 1977, foram habilitados 3.500 profissionais, em 30 diferentes profissões.

Por outro lado, o Projeto INPS habilitará pessoal da rede hospitalar, dando oportunidade aos que atuam em ramos paramédicos de obter não só aperfeiçoamento de seu conhecimento como habilitação específica para exercer seu trabalho.

O Projeto LOGOS II, voltado para habilitação do Magistério, habilita professores leigos em nível de 2º grau e está, no momento, atingindo 5 Estados, com 25 mil professores inscritos. Esse ensino é feito à distância, através de módulos de ensino.

4.1.2 - Redução de Analfabetismo

A atuação do MOBREAL, a partir de 1970, tem reduzido, em rápido progresso, o analfabetismo no País. A situação atual, conforme demonstra o quadro que vem a seguir, é de 2 milhões de analfabetos para uma população de 62,9 milhões de pessoas com mais de 15 anos o que reduz a 16,4% a taxa de analfabetismo que, em 1970, era de 33% e que, em 1979, será da ordem de 10%.

ANALFABETISMO

ANO	% DE ANALFABETOS
1940	56
1950	50
1960	39
1970	33

ATUAÇÃO DO MOBIL

ANO	ALFABETIZADOS
1970/71	1.300.000
1972	2.000.000
1973	1.700.000
1974	1.950.000
1975	1.653.000
1976	1.472.000

SITUAÇÃO ATUAL (estimativa)

POPULAÇÃO COM MAIS DE 15 ANOS		
TOTAL	ANALFABETOS	%
60.975.600	10.000.000	16,4

FONTE: MOBIL

4.2 - MELHORIA DO CURRÍCULO

Diversas medidas foram tomadas para a melhoria do currículo, para implantação de novos cursos e para o desenvolvimento de novas modalidades de ensino supletivo:

4.2.1 - Educação de Trânsito

Com relação a Educação de Trânsito, foram preparados, através do Programa Nacional de Telecomunicação, filmes

de 35 mm para a rede de cinemas e para uso posterior nas escolas.

4.2.2 - Projeto Minerva

O Projeto Minerva é um curso supletivo de 1º grau que vem atuando, pelo rádio, em todo o País, e tem como objetivo atender aos alunos adultos, com idade superior a 17 anos, proporcionando escolaridade correspondente ao antigo curso primário completo. Agora, em segunda fase, vem proporcionando escolaridade correspondente às 4 últimas séries do 1º grau, ou seja, da 5a. a 8a. série. No momento, há 150 mil alunos fazendo o Curso do Projeto Minerva, através dos 3.600 radiopostos instalados em todas as Unidades da Federação. A previsão para 1978 é de 300 mil alunos. Ministrado o curso, os alunos se submetem ao exame correspondente e recebem o certificado de conclusão do 1º grau.

4.2.3 - Curso "João da Silva"

O Curso "João da Silva", cujo objetivo é proporcionar, em caráter intensivo, a adolescentes e adultos alfabetizados a aquisição de conhecimentos correspondentes às 4 primeiras séries do 1º grau, é ministrado pela televisão e tem demonstrado extraordinária eficiência, tendo, inclusive, sido premiado em 1973, no Japão, pela sua ação inovadora e eficaz no cenário educacional do País.

Outro curso pela televisão, em prosseguimento ao "João da Silva", está sendo elaborado com a denominação de Projeto Conquista e visa ao ensino correspondente as 4 últimas séries do 1º grau: da 5a. à 8a.

4.2.4 - Projeto Saci

O Projeto Saci, hoje dinamizado pelo apoio do MEC e atuação da Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte que assumiu o programa, com a colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, começou através do Centro Nacional de Pesquisas Espaciais.

O MEC, através do apoio que vem dispensando ao Projeto, pretende criar condições para obter, no futuro, um curso de 1º grau destinado a toda região Nordeste do país para usá-lo, quando houver um satélite no espaço para este fim, para divulgação da educação, via satélite.

4.2.5 - Melhoria do Ensino de Português

Também no ensino supletivo a melhoria do ensino de Português vem sendo procurada e, neste sentido, foram tomadas, entre outras, duas providências importantes:

- a) introdução de redação na prova de Português dos exames supletivos; e
- b) desenvolvimento de cursos de suprimento da Língua Portuguesa que possam servir ao público em geral. Assim, qualquer pessoa que queira, pode aperfeiçoar seu conhecimento de língua vernácula, através do ensino à distância, com módulos e estudos realizados por correspondência.

4.3 - FORMAÇÃO DO PROFESSOR

já desenvolvido, no item 4:1.1.

4.4 - LIVROS E MATERIAL ESCOLAR

4.4.1 - Sonorização de Diapositivos Educativos

Com o objetivo de prover os Centros de Ensino Supletivo de diapositivos sonorizados e educativos, provindos da filмотeca do Departamento de Cinema Educativo da EMBRAFILME/ foram feitas 5 mil cópias desses audiovisuais, abrangendo História, Física, Química, Biologia e Geografia.

4.4.2 - Módulos de Ensino

O módulo de ensino é material adequado a auto-aprendizagem.

Em 1976 foram distribuídos aos diversos Centros de Ensino Supletivo dos sistemas estaduais de ensino 2,6 milhões de exemplares de módulos.

De 1977 a 1979, a previsão é que sejam aplicados 9,2 milhões de exemplares desses módulos.

4.5 - INSTALAÇÕES FÍSICAS

Os Centros de Ensino Supletivo são uma realização conjunta do Ministério da Educação e Cultura e dos Governos Estaduais, com o objetivo de aprimorar técnicos e formar recursos humanos.

A meta inicial é pelo menos um Centro em cada uma das Unidades da Federação. Em 1975, foram instalados 5 Cen-

tros; em 1976, 19 e, em 1977 os restantes.

4.6 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

4.6.1 - Diretrizes para Teleducação

Em consequência de estudo conjunto dos Ministérios da Educação e Cultura e das Comunicações, foram estabelecidas diretrizes para a teleducação, cujos pontos principais são:

- a - vincular os objetivos de comunicação aos do desenvolvimento global e social;
- b - contemplar, prioritariamente, as áreas ainda não atingidas do território nacional;
- c - estimular a divulgação de elementos da nossa cultura;
- d - criar o sistema federal de radiodifusão, através da RADIOBRÁS; e
- e - realizar programas de pesquisas em comunicação, com vistas à política do desenvolvimento.

4.6.2 - Padronização de Certificados

Outra importante providencia administrativa foi a tomada referente á padronização dos Certificados de Exames Supletivos, com a criação do Sistema Nacional de Registros e a abertura de livros próprios nas Delegacias Regionais do MEC.

4.6.3 - Normalização dos Exames Supletivos

A providência anterior junte-se a de unificação das datas para a realização dos exames supletivos, pois as duas constituem um grande passo para a normalização e regularização da obtenção de certificados pela via supletiva.

III - CULTURA: POLÍTICA E REALIZAÇÕES

O Ministério da Educação e Cultura vem desenvolvendo intensamente a sua atuação no campo cultural. Hoje, indiscutivelmente, se pode dizer que o Ministério já é realmente um Ministério da Cultura. Através de atividades que visam ao estímulo e apoio à produtividade artística e intelectual, bem como expressividade popular de pessoas e grupos, o MEC promove a difusão e a valorização das nossas fontes e raízes culturais o que é essencial ao nosso próprio desenvolvimento sócio-econômico. Essa atitude leva ao fortalecimento da Nação, na medida em que propicia a autoconsciência e a preservação da sua própria identidade. O cultivo e a valorização da índole nacional são características marcantes da política de cultura posta em prática pelo MEC. Não vai nela nenhuma intervenção na criatividade espontânea, nem se apresenta essa política como violentadora da liberdade de criação que a atividade cultural supõe. O que se deseja, isso sim, é a cultura entendida como esse conjunto orgânico de manifestações da própria vida brasileira, através da caracterização da nossa maneira de ser. Visa-se assim a incrementar o teor de brasilidade da nossa cultura, emparentada por tantas influências.

1. APOIO AO ARTISTA E À CRIATIVIDADE CULTURAL

Além do prosseguimento das atividades de incentivo caracterizadas pelos prêmios literários, pela concessão de troféus e pela realização de festivais, atividades essas que foram incrementadas, convém destacar a instalação do Conselho Nacional de Direito Autoral.

Esse Conselho que havia sido criado por lei, em 1973, teve durante esses últimos anos, a oportunidade de ser insta-

lado, obtendo, em 1976, a aprovação de seu Regimento Interno.

Trata-se de órgão administrativo, normativo, de fiscalização, de consulta e de assistência que visa a proteger a autoria das obras intelectuais, determinando, orientando e fiscalizando a exata aplicação da lei e funcionando como árbitro em questões sobre direitos autorais.

O Conselho exerce, ainda, a gerência do Fundo do Direito Autoral.

Em 1976, já desenvolveu diversas atividades, como a criação de normas e medidas particularmente na área da música popular, propiciou correções necessárias no sistema de arrecadação e distribuição do direito de execução musical, exerceu a fiscalização de sociedades e autores existentes e criou bolsas de estudo e pesquisa para estimular a criatividade.

Em 1977, está prevista a aplicação de 2,6 milhões de cruzeiros, quando até 1976 não havia orçamento próprio para esta atividade.

Outra atividade que merece destaque pela sua inovação é o propiciamento, através do MEC, da conferência de "Couvert" Artístico em Restaurantes, Confeitarias e Clubes, apenas quando houver, efetivamente, a presença de músicos que façam as execuções musicais, assegurando, assim, mercado de trabalho para os que se dedicam à música do gênero apropriado.

2. PROMOÇÕES CULTURAIS

Extremamente incentivada a partir de 1973, com apoio da Secretaria de Planejamento, as promoções culturais do MEC passaram, a partir de 1976, a se integrarem numa programação mais homogênea.

Deixando de pormenorizar promoções, como exposições, salões, concertos da Orquestra Sinfônica Nacional, Festival Villa-Lobos, Programas de Bibliotecas e promoções de natureza folclórica, que continuam com grande intensidade, merece destaque, pela sua importância, em primeiro lugar, a revitaliza-

ção do Teatro Brasileiro.

Este programa, desenvolveu importantes atividades, em 1976, em que figuram:

- a - no campo da dramatologia, o concurso do Serviço Nacional do Teatro, abrangendo: peça infantil, o concurso universitário, o concurso de monografias, o banco de peças, as leituras dramáticas e os debates sobre teatro;
- b - no campo do espetáculo, prêmios para os melhores espetáculos profissionais no Rio e em São Paulo, prêmios para as demais categorias e auxílios para viagens de Companhias Profissionais pelo Brasil; e
- c - o patrocínio e a montagem de numerosas peças de autores nacionais.

Mas, indiscutivelmente, um dos maiores sucessos, que muito tem promovido o Teatro no País, é a campanha das Kombis, que consiste na saída de inúmeros veículos, vendendo entradas a preços populares, em diversos pontos da cidade. Em 7 Estados, inclusive Rio e São Paulo, esta campanha de divulgação e popularização do espetáculo teatral, alcançou o maior êxito.

Em 1976 e em 1977, atividade intensa de recuperação, construção e ampliação de inúmeros teatros (cerca de 21 deles em todo Território Nacional) também evidenciam necessidades de colocar o acervo das casas de espetáculos em condições para receber o incentivo que vinha sendo desenvolvido.

O Projeto Música Popular, também apresentou um enorme êxito, a começar pelo vitorioso Projeto Pixinquinha, constituído de 10 duplas, visando a estimular e a prestigiar, através de 21 apresentações, a música popular.

Por outro lado, a música erudita vem sendo estimulada pelo Projeto Universidade.

Em 1977, foram aplicados 20 milhões para ambos esses

projetos.

Outra promoção interessante foi o Concurso de Bandas, o I Concurso Nacional de Bandas, feito em 1977, com a participação de 19 Estados, do Distrito Federal e de um Território, no qual foram expendidos 1,8 bilhões de cruzeiros, com apoio de outras entidades. Nesta oportunidade a FUNARTE cadastrou 900 bandas em todo o País, que passaram a receber apoio no que se refere a partituras e algumas delas também receberam instrumentos.

Foi também criado, em 1976, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Já 6 Unidades Federadas integram o sistema e a sua operacionalização prevê o repasse dos recursos para os Estados, através de convênios, para fortalecimento das Bibliotecas Públicas Estaduais as quais passarão a funcionar como cabecas de sistema para a implantação de uma rede estadual. Foram aplicados, em 1977, 5,6 milhões neste programa específico.

3. FORMAÇÃO DO ARTISTA

O Instituto Nacional de Música, órgão integrante da FUNARTE, está montando uma infra-estrutura capaz de dinamizar o ensino e a formação de orquestras no Brasil, através do Projeto Espiral.

Visa este projeto a implantação de Núcleos Instrumentais de Cordas, Sopro e Percussão, tendo já atingido 500 jovens, cujo recrutamento foi feito através da colaboração de diversas associações especializadas.

A criação da Bolsa Trabalho-Arte tem por objetivo oferecer aos universitários das áreas artísticas ou culturais, oportunidades de aperfeiçoamento. Em 1976, foram beneficiadas 18 Universidades e, em 1977, foi possível ampliar para 23 Universidades a aplicação do sistema de bolsas, incluindo-se também, desta feita, os primeiros alunos do ensino de 2º grau.

Visando a formação não propriamente do artista, mas

do técnico em assuntos culturais, vêm sendo desenvolvidos programas de estágios em museus, bibliotecas e arquivos, enquanto o curso de técnica de museus e arquivos, feito no Museu Histórico Nacional, prevê a especialização de museólogos e treinamento de estudantes para a participação futura em atividades dessa natureza.

4. MATERIAL DE ARTE

O Projeto Lutheria Nacional visa a incrementar a fabricação de instrumentos de corda no Brasil e ativar a indústria nacional de instrumentos de sopro, procurando aprimorar a qualidade desses instrumentos. Prevê-se para cada Núcleo Estadual a existência de uma oficina própria de fabricação e reparos de instrumentos, com vistas à formação da mão-de-obra especializada para a fabricação de violas, violinos e violoncelos. Atendendo exposição feita por artistas de pintura e escultura, o Ministério da Educação e Cultura atuou junto ao Ministério da Fazenda, solicitando facilidades na importação de materiais para esses ramos artísticos, o que já foi obtido, beneficiando, assim, centenas de artistas em todo o País.

A Revista de Cultura, editada pelo Ministério da Educação, existente já há diversos anos se constitui num excelente repositório de assuntos culturais.

A sua tiragem, até 1975, era de 5.000 exemplares, colocados à disposição de Embaixadas e outros órgãos públicos.

A partir de 1976, a Revista Cultura teve a sua edição ampliada para 30.000 exemplares e hoje pode ser encontrada em todas as bancas de revistas do País e à venda também nas Universidades.

O Programa de co-edicação de livros culturais levado a efeito pelo Instituto Nacional do Livro, mas também com a participação da Biblioteca Nacional e da Casa de Rui Barbosa, visa a recolocar ao alcance dos leitores e pesquisadores obras fundamentais ao conhecimento da nossa história, bem como à

produção de livros de literatura infantil e juvenil. Em 1974, foram co-editados 730 mil exemplares, correspondendo a 101 títulos, num investimento de 3,6 milhões de cruzeiros e, em 1976, 940 mil exemplares e 151 títulos, tendo sido aplicados 9,6 milhões de cruzeiros.

5. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O Projeto Restauração de Edifícios e Cidades Históricas que visa, como o seu próprio nome indica, à restauração de edifícios históricos localizados em diversos Estados, vem atuando, para citar só os mais importantes, na Bahia (9), em Sergipe (3), em Pernambuco (5) e no Maranhão (no acervo arquitetônico e urbanístico de Alcântara).

Além das restaurações referidas, também merecem destaque a implantação do Museu do Homem, junto à Universidade de Pernambuco e a recuperação e conservação de monumentos junto à Universidade Federal de Pernambuco, bem como a recuperação e conservação do Patrimônio Artístico de Santa Catarina, junto à Universidade Federal daquele Estado.

Outro conjunto de obras da maior importância, é o atendimento que passou o Ministério a dar, a partir desta administração, para recuperação de teatros (já mencionados), de museus e da Biblioteca Nacional. O Museu Histórico Nacional, o Museu da República, o Museu Imperial passaram por profundas reformas com a aplicação de recursos com montante superior a 11,5 milhões de cruzeiros. O mesmo se diz com relação a Biblioteca Nacional, pois a preservação documental brasileira, a cargo da Biblioteca Nacional, recebeu especial ênfase no decorrer de 1976.

Também o Palácio da Cultura, antiga sede do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro, esta sendo recuperado, prevendo-se a substituição de esquadrias, a substitui-

ção de vidros, a reforma das instalações hidráulicas, reconstrução interna do auditório, recomposição dos azulejos externos, passando por uma série de obras muito necessárias, para colocar aquele patrimônio tão valioso e representativo da cultura nacional, em condições funcionais e além disso, a altura do seu valor artístico e histórico.

6. ADMINISTRAÇÃO

Toda esta série de realizações culturais, exigia uma atualização e dinamização administrativa dos setores culturais. Dois passos extremamente importantes foram dados nesse sentido. Em primeiro lugar, o estabelecimento da Política Nacional de Cultura, que passou a ser o documento norteador de todas as atividades e a cujos pontos básicos constituem a introdução a este capítulo. Mas o passo administrativo mais marcante no setor cultural foi a criação da Fundação Nacional da Arte. Através desse mesmo órgão, o Ministério da Educação e Cultura conta agora, com um órgão que pode, integralmente, dedicar-se à função de estímulo, difusão e apoio à produção artística no País. Dentro da FUNARTE, foram instalados o Instituto Nacional da Música, e Instituto-Nacional de Artes Plásticas. A FUNARTE incorpora ainda o Serviço Nacional do Teatro, ainda a Campanha do Folclore Brasileiro e o Museu Nacional de Belas Artes. A FUNARTE contou com 46,2 milhões de cruzeiros, em 1973 no primeiro ano de existência e conta este ano com 110 milhões de cruzeiros o que significa um aumento superior a 150% em suas atividades. A anexação do Instituto Nacional do Cinema à EMBRAFILME deu margem a criação do CONCINE, novo órgão cuja Lei foi sancionada em 1975, e que recebia, em 1976, o seu decreto normativo. O CONCINE é órgão encarregado de fixar normas e fiscalizar a aplicação da legislação que regula as atividades cinematográficas.

Por outro lado, a EMBRAFILME, superadas algumas dificuldades, entra numa fase de grandes realizações, estando pre-

parando mais de uma dezena de filmes de cunho histórico, numa atuação marcante de valorização do cinema brasileiro e seus artistas.

Os recursos, em 1977, sem incluir os provenientes do FAS, são da ordem de 110 milhões de cruzeiros.

Finalmente, visando à formação de uma verdadeira rede de estímulo à cultura, vêm sendo realizados encontros com os Secretários de Cultura das Unidades da Federação e outras autoridades culturais do País.

O Ministério, em conjunto com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Interior, Ministério das Relações Exteriores, da Caixa Econômica Federal, da Fundação Universidade de Brasília, Fundação Cultural do Distrito Federal, instalou em Brasília, o Centro Nacional de Referência Cultural que teve por objetivo tratar o sistema referencial básico para descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. Este órgão é da maior importância e vem trabalhando desde 1975.

Quanto aos recursos financeiros aplicados na área da cultura pode-se dizer que houve triplicação das aplicações, passando de 113 milhões de cruzeiros em 1975, para 342 milhões em 1977.

IV - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS: POLÍTICA E REALIZAÇÕES

A atuação do Ministério da Educação e Cultura neste setor, objetiva, em primeiro lugar, o aprimoramento da aptidão física da população e, em seguida, a elevação do nível técnico da atividade esportiva em todas as áreas. Ainda há a implantação e intensificação da prática de massa e finalmente a difusão do Desporto como forma de lazer. Na obtenção desses objetivos, o Ministério atua em ação coordenada com as Unidades Federadas e com os Municípios, de maneira a maximizar os esforços em todos os níveis. É importante que se tenha em mente que uma concentração de atividades exclusivamente no âmbito federal, no que se refere a tarefas de execução, não teria resultado prático e efetivo uma vez que a Educação Física e o Desporto, de uma maneira geral, têm raízes muito peculiares na vida das comunidades estaduais e municipais. As prioridades de atuação pretendem abranger três áreas principais:

- Educação Física Escolar;
- Desporto de Massa; e
- Desporto de Alto Nível.

O Desporto, na atuação em execução pelo MEC, é utilizado como uma forma de contribuir para racionalizar a utilização do lazer, moldar novo esquema de coesão social, enriquecer a disciplina de grupo e melhorar os padrões de higiene para a vida comunitária. Uma política desportiva adequada à realidade representa um dado a mais nos esforços da promoção da justiça social e no caráter democrático que lhe é inerente. Caracteriza-se, assim, perfeitamente a importante atividade social que está envolvida na prática esportiva, além da própria valorização do homem naquele sentido de lhe dar condições físicas adequadas, para enfrentar durante toda a sua vida as necessidades de locomoção, de trabalho, de intensa atividade e de dinamização pessoal que requerem o próprio de-

envolvimento brasileiro.

4.1 - APOIO AO ESTUDANTE E AO DESPORTISTA

Além de dispositivos legais que foram propiciados especificamente para favorecer a prática esportiva e da criação de Bolsas para Estudantes Atletas do 1º e 2º Graus, bem como das medidas relacionadas com dispensa de aulas e de adiamento de provas para os estudantes - atletas e o apoio às associações desportivas de uma maneira geral, merece destaque a criação do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional - FAAP, criado em 1976. O MEC, através do Conselho de Administração do FAAP, que é um Conselho interministerial com a presença do Ministério do Trabalho e Previdência Social, procura reunir fundos que propiciem ao atleta profissional a preparação para o exercício de outra profissão ao deixar as suas atividades de atleta. Prevê o sistema a realização de cursos profissionalizantes de 1º e 2º graus, adaptados aos horários dos atletas, sem necessidade de que eles se ausentem de seus clubes. Além disso, está incluída a vinculação do atleta à Previdência Social com garantia na fase de transição para a nova profissão. Prevê ainda assistência financeira ao atleta, sob forma de empréstimo para que possa desenvolver, na época apropriada, novas atividades e ainda o levantamento de oportunidades de trabalhos para atletas, segundo capacitação desenvolvida nos cursos profissionalizantes. O desenvolvimento do programa já está bem adiantado, tendo sido criadas três associações em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte com grande receptividade, pois já contam 800 atletas inscritos no sistema.

4.2 - INCENTIVO À EDUCAÇÃO FÍSICA E AS PROMOÇÕES DESPORTIVAS

Dentro desse setor de atuação, o MEC já costumava dar

apoio ao torneio de futebol, promovia e vem promovendo auxílios às Confederações Desportivas, tem participado de competições internacionais e promovido, no País, competições desportivas estudantis. Entretanto, recentemente, foi criado um novo programa da maior importância que é a Campanha Esporte para Todos. Esta Campanha consiste na organização de atividades desportivas improvisadas, informais, de prática espontânea e recreativa ao alcance de qualquer pessoa.

Atualmente, com 5 meses de atividade, a Campanha já atingiu quase 40% dos Municípios brasileiros, através de uma rede de 4000 voluntários esportivos e membros das Comissões Municipais de Esportes. Abrangendo passeios a pé, passeios de bicicleta, torneio gigante de futebol de praia, ruas de lazer, colônias de férias e outras atividades, em 1977, foram aplicados 24 milhões de cruzeiros.

4.3 - FORMAÇÃO DO INSTRUTOR E DO ATLETA

O MEC vem propiciando treinamento de professores de Educação Física com a colaboração das Secretarias de Educação dos Estados e das Universidades, realizando cursos de aperfeiçoamento e atualização de professores habilitados e leigos, e integrantes do sistema educacional na área da Educação Física e dos Desportos. Uma segunda linha de ação consiste na execução direta do Departamento de Educação Física e Desportos do MEC de cursos, seminários e estágios no âmbito nacional e no âmbito internacional. Também tem crescido a aplicação de recursos nessa área: em 1973, foram aplicados 2,4 milhões de cruzeiros e, em 1977, 9,9 milhões. Verificando que a tecnologia e a pesquisa científica são fatores muito importantes na obtenção de recordes mundiais e olímpicos, o MEC vem procurando, através do Projeto Instalação de Laboratórios, desenvolver pesquisas que contribuam para o desenvolvimento da Educação Física e dos Desportos no Brasil. Den-

tro desta linha, foram instalados três laboratórios de Fisiologia do Esforço, nas Escolas de Educação Física das Universidades Federais do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e na Universidade de São Paulo. Além de contarem com equipamento atualizado, os médicos responsáveis já adquiriram experiência suficiente em outros Centros mundiais, devendo ser essa uma ação continuada, visto, a quase diária evolução técnica e científica no setor desportivo mundial. Diversos cursos, estágios e seminários têm sido patrocinados pelo MEC ou têm, através do MEC, participado, em nível internacional, representantes brasileiros. O Projeto Olimpíada vem sendo desenvolvido especificamente para melhorar o desempenho de atletas brasileiros, nesta importante competição internacional.

4.4 - MATERIAL DESPORTIVO

Em quatro campos se realiza a atuação do Departamento de Educação Física e Desportos no sentido de propiciar o material esportivo para as necessidades nacionais:

- aquisição de equipamentos para escolas;
- aquisição de equipamentos para Federações Esportivas; e
- a preparação de documentário cinematográfico sobre difusão e orientação esportiva.

Esses quatro programas se encontram em plena execução.

4.5 - INSTALAÇÕES FÍSICAS

O Ministério procura auxiliar os estabelecimentos de

ensino superior na construção de seus Centros Desportivos necessários à prática da Educação Física e dos Desportos, legalmente obrigatória.

No setor do ensino de 1º e 2º graus, o Ministério tem procurado auxiliar os sistemas de ensino das Unidades Federadas e, além dos auxílios que são encaminhados a diversas grandes Universidades Privadas, está em andamento a construção dos "campi" de todas as Universidades federais. Através de Convênios com as Secretarias de Educação, que executam diretamente as obras ou as transferem a responsabilidade dos Municípios beneficiados, vem o MEC desenvolvendo a sua atividade, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento, com a prioridade voltada justamente para o ensino em nível de 1º grau. Dentro dessa perspectiva foram concebidos Centros Desportivos de 1º grau, que localizados no centro de convergência de, no mínimo, três escolas desse nível, possibilitam o atendimento de todos os estabelecimentos, inclusive privados, de sua área de influência. Em 1977, estão sendo construídos 63 Centros em todas as Unidades Federadas.

Em virtude da reformulação no sistema desportivo brasileiro, visando a difundir e ampliar a prática de Educação Física em todas as camadas da população, através da massificação do esporte, o MEC está iniciando, neste ano, o Projeto Instalação e Ativação de Parques de Lazer, abrangendo áreas recreativas e núcleos desportivos e instalação de colônias de férias. Este programa terá início a partir do próximo ano.

Com participação do MEC têm sido, nos últimos anos, executadas muitas obras de construções esportivas. De 1972 a 77 já foram construídas 176 pistas de atletismo, 178 piscinas, 340 ginásios, 932 quadras de esportes, 167 vestiários, 45 quadras de tênis, 10 edifícios para Escolas de Educação Física, 63 módulos desportivos, além de 16 prédios para administração esportiva, tendo sido despendidos, no período, 517 milhões de cruzeiros.

4.6 - ADMINISTRAÇÃO

O primeiro passo de natureza administrativa, muito importante para o incremento das atividades esportivas, é o

estabelecimento de uma política adequada e efetiva para a Educação Física e a prática desportiva no País. Isso foi feito quando se estudou e implantou uma nova legislação, e foram elaborados o documento chamado Política de Educação Física e Desportos e o Plano de Educação Física e Desportos, cujas linhas principais já foram referidas na introdução deste capítulo. Porém a dinamicidade, a efetiva atuação do Ministério, neste sentido, ainda será mais incrementada com a próxima criação da Secretaria de Educação Física e Desportos a ser incluída na nova estrutura administrativa do Ministério da Educação e Cultura.

V ~ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos dados apresentados, verifica-se a preocupação do Ministério da Educação e Cultura em expandir todos os campos dos setores que lhe incumbem desenvolver. O Brasil caminha, rapidamente, para integrar-se no mundo desenvolvido e o papel da educação é extremamente importante, dentro deste quadro quadro histórico atual. A elaboração e a colocação em efetiva atuação dessas Políticas de Educação, de Cultura e de Educação Física e Desportos, bem como dos planos correspondentes e da dinamização administrativa com a criação de novos órgãos para que atuem mais eficazmente em todos esses campos, mostram que o Brasil está atento ao aspecto educacional do seu desenvolvimento. Costuma-se dizer, erroneamente, que não se tem provido adequadamente recursos para a educação no País. Tal não é verdade. Em todos os países, sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento, a atuação, em cada um dos seus campos, inclusive educacional, deve ser feito dentro dos recursos disponíveis para esse fim. O equacionamento dos problemas educacionais no Brasil tem levado a uma aplicação progressiva de recursos para a educação. Assim é que, neste período da administração, foi feita uma revisão do Salário Educação, obtendo-se um aumento da alíquota de 1,4% para 2,5% da contribuição das indústrias para a educação nacional. Visando a fortalecer o ensino de 1º e 2º graus, 2/3 destes recursos destinam-se às Unidades Federadas e 1/3 para a União. Houve, entre 75/76, um acréscimo na arrecadação que passou de 1,7 para 4,7 bilhões de cruzeiros.

Além disso, a aprovação da Emenda Constitucional, que elevou gradativamente os percentuais dos fundos de participação dos Estados e dos Municípios de 5% para 9% na arrecadação do IPI e do Imposto sobre a Renda, permitiu elevar os recursos repassados aos Estados e Municípios de 2 bilhões em 1973, para 3,5 bilhões em 1977, recursos esses todos voltados para o ensino de 1º e 2º graus.

A criação do Fundo de Apoio do Desenvolvimento Social - FAS, com recursos da Caixa Econômica Federal, das Loterias Esportivas, do Banco do Brasil, do Ministério da Educação e Cultura e outros para projetos de natureza social, veio constituir-se num importantíssimo impulso para as obras de natureza social no País, das quais 60% são voltadas para obras educacionais. Destinaram-se à educação mais de 14 bilhões de cruzeiros, nestes 3 anos, quando serão feitas as aplicações do Fundo de Apoio Social.

Além disso, sensível aumento de recursos orçamentários foram postos à disposição do Ministério da Educação e Cultura: de 8,4 bilhões em 1976, houve 16,1 bilhão em 1977, ou seja, um aumento de 92%.

É de se ressaltar que a função educação, abrangendo recursos disponíveis de todos os Ministérios, contou com 24 bilhões de cruzeiros o que corresponde em níveis exclusivamente federais a mais de 12% do orçamento da União. Deve-se ressaltar também que, levando-se em conta os recursos federais, estaduais e municipais e recordando que o 1º e 2º graus (sã) da alçada das Unidades Federadas, os recursos para esses dois níveis de ensino abrangem 60% das aplicações em educação no País. Não é verdade, por conseguinte, como se tem ouvido, muito frequentemente, que se aplicam no País percentagens muito maiores de recursos para o ensino superior em detrimento para os ensinos de 1º e 2º graus. Vê-se, portanto, que nesta formidável batalha do ensino está presente e atuante o Governo Federal, em plena integração com Governos Estaduais e Municipais.

Nosso acervo histórico preparou-nos para uma civilização embebida de humanismo e de humanismo cristão, dando-nos, assim, condições de contribuirmos para a melhoria do mundo conturbado de hoje, oprimido pelo materialismo dialético ou prático, produzindo a despersonalização do homem em toda sorte de conflitos sociais. Daí por que a Política Nacional de Educação no País, em que pese ter propiciado e desenvolvido a educação para o trabalho, ter melhorado as relações da escola com a empresa, ter procurado corresponder da maneira mais eficaz às necessidades do mercado de trabalho não abandonou em

nenhum momento a formação do cidadão, através da implantação da disciplina Educação Moral e Cívica no 1º e 2º graus e de Estudo de Problemas Brasileiros e de integração com o Projeto Rondon em nível superior. Esperamos que com este 'equilíbrio entre o ensino profissionalizante e ensino humanístico possa a Nação Brasileira continuar progredindo seriamente em função de seu grande destino. No que soma conhecimento intelectual, treinamento profissional e tecnológico, educação física, prática desportiva, cultivo do mais alto nível de moral e civismo, conhecimento de nossas realidades mais peculiares, tudo se soma para esse grande passo para o nosso progresso. Confiantes que o trabalho que vem sendo realizado, corresponde às necessidades históricas que vivemos e dentro do nosso quadro de perspectivas, podemos vislumbrar, no futuro, os resultados, que em educação não são imediatos mas são sempre obtidos a longo prazo, do trabalho que vem sendo executado.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)